

memória

em destaque

Aluízio Alberto da Cruz Quintão

Procurador-Geral de Justiça de 1987 a 1989

Natural de Taquaraçu, idealizou o Centro de Aperfeiçoamento Cultural e Profissional do Ministério Público

Aluízio Alberto da Cruz Quintão nasceu em Taquaraçu, em 1938. cursou Jornalismo, exercendo a profissão em Belo Horizonte como repórter e redator-secretário de *O Diário* e redator das sucursais de *O Diário Carioca* e de *O Estado de São Paulo*, na capital mineira.

Em 1963, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, ingressando no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) em 1966. Atuou como promotor de Justiça nas comarcas de Morada Nova de Minas, Tarumirim, Abre Campo, Abaeté e Contagem.

Em 1977, foi promovido para a comarca de Belo Horizonte e, em 1980, alçado ao cargo de procurador de Justiça.

Foi assessor de quatro procuradores-gerais de Justiça e chefe de gabinete. Em 1987, foi nomeado procurador-geral de Justiça.

Idealizou o Centro de Aperfeiçoamento Cultural e Profissional do MPMG e, como assessor da presidência da Associação Mineira do Ministério Público, teve a iniciativa de criar a JUS-Revista do Ministério Público, sendo editor de seu primeiro número.

Foi ele o primeiro procurador-geral de Justiça do país a enviar diretamente à Assembleia Legislativa mensagem tratando da criação de cargos de carreira e de serviços auxiliares da instituição, assim como do aumento de vencimentos.

Presidiu, de 1987 a 1988, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ), realizando reuniões junto à Assembleia Nacional Constituinte sobre a reestruturação constitucional do Ministério Público, em especial com o relator-geral, deputado Bernardo Cabral, e o sub-relator, deputado Ibsen Pinheiro.

Foi professor na Faculdade de Filosofia de Caratinga, na Universidade Federal de Ouro Preto, no Centro Universitário UNA e na Faculdade de Direito Milton Campos.

Em 1989, foi nomeado, pelo quinto constitucional, juiz do Tribunal de Alçada e, em 1996, desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

